

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002981-60.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito**
Requerente: **Jorge da Silva**
Requerido: **Banco BMG Cetelem S.a.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter recebido um cartão de crédito do réu sem que o solicitasse.

Alegou ainda que mesmo sem desbloquear tal cartão foi surpreendido com duas faturas de valores que recebeu para pagamento, os quais refuta, de sorte que almeja à declaração de sua inexistência.

Já o réu em contestação confirmou que o autor contratou um cartão de crédito de empréstimo consignado e que em função disso houve o depósito em sua conta da importância de R\$ 1.792,42.

As preliminares arguidas pelo réu não merecem acolhimento.

Isso porque a realização de perícia seria despicienda na medida em que o suposto contrato indicado na peça de resistência não foi amealhado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Diante disso, aliás, aquela diligência seria de impossível realização.

Já a intervenção nos autos do correspondente CHAMADO WF PROMOTORIA é vedada pelo art. 10 da Lei nº 9.099/95, o que de resto não compromete a sequência do feito.

Poderá o réu, se o desejar, oportunamente acionar tal terceiro regressivamente a fim de postular o que repute de direito, o que entretanto não projeta efeitos à esfera jurídica do autor.

Rejeito as prejudiciais suscitadas, pois.

No mérito, o autor de um lado nega a contratação trazida à colação, ao passo que o réu, de outro, a confirma.

Cabia ao réu nesse cenário fazer prova do que asseverou, seja por força do que dispõem o art. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor (expressamente destacado no despacho de fl. 82), e o art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil, seja porque seria inexigível ao autor demonstrar fato negativo.

O réu, porém, não se desincumbiu desse ônus.

Ele na verdade não instruiu a contestação – como seria de rigor – com o suposto contrato firmado com o autor e tampouco com a comprovação de que lhe foi depositada determinada quantia em conta.

Como se não bastasse, deixou claro a fl. 85 o seu desinteresse pelo alargamento da dilação probatória.

O quadro delineado conduz à convicção de que a postulação vestibular prospera à míngua de um indício sequer que patenteasse o vínculo entre as partes negado pelo autor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexistência do débito apontado a fl. 01, bem como de quaisquer outros relativos ao cartão de crédito lá especificado.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 22 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA